

**“ENTRE RICOS E POBRES”. DESIGUALDADE ECONÔMICA,
DIVERSIDADE OCUPACIONAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO
BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE
PELOTAS-RS (1850-1890)**

Jonas Moreira Vargas¹

Resumo: O presente artigo procura examinar as múltiplas ocupações socioeconômicas da população livre de Pelotas, no rio Grande do Sul, durante a época do auge das charqueadas escravistas. Busca-se demonstrar que a localidade, que tinha na produção de charque e couros, apresentou uma significativa população urbana, com notável diversificação profissional. Contudo, o artigo não se limita a estas questões, objetivando também demonstrar que tais indivíduos e grupos sociais estavam hierarquicamente dispostos na sociedade da época, configurando uma estrutura social aonde uma minoria concentrava a riqueza e os recursos materiais em detrimento de uma maioria.

Palavras-chave: cidades; Pelotas; século XIX; Império do Brasil.

**"BETWEEN RICH AND POOR". ECONOMIC INEQUALITY, OCCUPATIONAL
DIVERSITY AND SOCIAL STRATIFICATION IN NINETEENTH-CENTURY
BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE CITY OF PELOTAS-RS (1850-1890)**

Abstract: This article seeks to examine the multiple socioeconomic occupations of the free population of Pelotas, Rio Grande do Sul, when slave charqueadas were at their peak. It attempts to demonstrate that the site, which had in the production of jerked beef and hides its major economic sector, showed a significant urban population, with notable professional diversification. However, the article is not restricted to those issues, aiming also at demonstrating that individuals and social groups were hierarchically arranged in the society of that time, setting up a social structure in which a minority concentrated wealth and material resources at the expense of a majority.

Keywords: cities; Pelotas, nineteenth century; Empire of Brazil.

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O artigo deriva de parte da tese de doutorado defendida pelo autor no ano de 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), intitulada “‘Pelos margens do Atlântico’: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)”.

Introdução

A dona Felisbina Antunes da Silva era esposa do coronel Anibal Antunes Maciel, um dos homens mais ricos e poderosos da Pelotas oitocentista. Quando ela faleceu, em 1871, o casal teve seu patrimônio avaliado em 1.893:256\$602 réis – uma fortuna de dar inveja a muitos fazendeiros do Brasil. Proprietários de 159 escravos, ambos também possuíam casas na cidade, uma charqueada, 3 embarcações de grande porte e 5 estâncias no Uruguai, onde pastavam mais de 34 mil cabeças de gado, além de muitos outros bens. A fortuna da dona Felisbina Antunes da Silva era 7.898 vezes maior que a fortuna, se é que se pode chamar assim, de Felisbina Francisca Domingues. Pobre Felisbina. Não bastasse possuir como único bem uma casinha “em ruínas”, ainda tinha uma dívida de 246\$600 réis, o que comprometia em mais de 3/4 o seu pequeno patrimônio. Das diversas jóias que a Felisbina rica possuía, apenas uma já seria o suficiente para saldar este débito. O anel de ouro com pedras de brilhantes, por exemplo, equivalia a quase cinco vezes o valor das dívidas da Felisbina pobre. Portanto, o nome era uma das poucas coisas que as duas Felisbinas possuíam em comum².

Mas, por certo, Pelotas não foi terra exclusiva de Felisbinas. Avizinhavam-se, distribuídas por diferentes ruas e quarteirões, Marias, Joaquinas, Balbinas, Franciscas, Doroteias, entre muitas outras, cuja condição social estava mais próxima da Felisbina pobre – que de “feliz” talvez só tivesse o nome. Desnecessário dizer que essa camada social mais pobre também era formada por homens adultos, além de idosos e crianças. Eles vivenciaram a época de grande auge da cidade, marcada pela produção do charque (que tinha nas *plantations* brasileiras as suas principais consumidoras) e dos couros (que eram exportados para a Europa e os Estados Unidos) (VARGAS, 2013). O comércio de ambos os produtos trouxe um notável desenvolvimento econômico e cultural para a cidade. Pelotas despertava a admiração de distintos viajantes e o Conde D’Eu, quando ali esteve na década de 1860, referiu-se a ela como a cidade predileta da aristocracia da Província (CONDE D’EU, 1981: 135). Mas quem usufruiu dessa riqueza? Apesar da grande importância econômica dos comerciantes atacadistas e dos fazendeiros, foram os charqueadores, com seus enormes plantéis de escravos, suas carruagens e sobrados ornamentados no luxo da

² Inventário de Felisbina da Silva Antunes, 1871, N. 68, m. 2, Pelotas, Cartório do Cível e Crime (APERS); Inventário de Felisbina Francisca Domingues, 1885, M. 7, Pelotas, 2º Cartório de órfãos e ausentes (APERS).

época, que apresentaram os maiores patrimônios – alguns deles equivalente aos de grandes fazendeiros do centro do país³. Além disso, esta pequena elite também concentrou muitos títulos de nobreza, altos cargos políticos e um maior acesso à Educação (VARGAS, 2013).

Nesse artigo busco apresentar dados referentes à enorme desigualdade social e econômica que caracterizou a sociedade pelotense durante o auge e o início da decadência das charqueadas escravistas. No entanto, ele objetiva mais do que isso. A população brasileira, no final do século XIX, havia alcançado um significativo grau de complexidade social e a antiga visão de uma sociedade brasileira dividida principalmente entre senhores e escravos, que teve entre tantos expoentes as obras clássicas de Gilberto Freyre (2000) [1933] e Caio Prado Júnior (1983) [1942], estava longe de corresponder à realidade. Entre a Felisbina rica e a Felisbina pobre havia uma série de outros grupos sociais que movia-se para cima e para baixo na hierarquia social local, com suas limitações de mobilidade, na qual os charqueadores ocupavam o seu topo ao lado de outros afortunados. As pessoas pertencentes a estes estratos intermédios podiam depender das atividades econômicas ligadas à pecuária regional, assim como ocuparem espaços de atuação mais autônomos, possuindo suas lavouras ou exercendo uma profissão no centro da cidade. Neste sentido, é necessário identificar quem eram elas.

No período analisado no presente artigo, a população total do município de Pelotas aumentou quase 4 vezes. Em 1858, ele possuía 12.883 habitantes, em 1872 ultrapassou os 25 mil e, em 1890, atingiu 41.591 moradores⁴. No início dos anos 1870, Pelotas teve 8.141 escravos recenseados⁵. Para a presente análise utilizei um repertório variado de fontes documentais, com destaque para os inventários *post-mortem*, que propiciaram uma avaliação do patrimônio material dos moradores da cidade, e as listas de qualificação de votantes, que ofereceram um rico panorama a respeito das profissões e atividades

³ Importante ressaltar que os “estancieiros” ou “fazendeiros” dedicavam-se principalmente a criação de gados, não sendo proprietários de charqueadas (local de abate das reses e fabricação do charque), sendo estes os “charqueadores”. Existiam poucos charqueadores se comparados aos estancieiros/fazendeiros. Em Pelotas, por exemplo, funcionavam cerca de 40 charqueadas, enquanto o número de estancieiros e fazendeiros em todo o Rio Grande do Sul (com médias e grandes propriedades) ultrapassava muitas centenas. Além disso, poucos charqueadores possuíam grandes estâncias de criação de gado (20% deles ao longo de todo o século) (VARGAS, 2013).

⁴ Para uma compilação das estatísticas do período ver FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1981).

⁵ Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado ao Ministério do Império pelo Conselheiro Manoel Francisco Correa (1874).

econômicas dos homens livres adultos da localidade. O estudo do perfil sócio-ocupacional dos moradores das cidades brasileiras nos oitocentos tem contribuído de forma significativa para demonstrar os impactos da urbanização e da modernização da sociedade no período (MELLO, 1985; MATTOSO, 1992; ALMICO, 2001; OLIVEIRA, 2005; VARGAS, 2013). Tendo em vista a pluralidade de pessoas, famílias e grupos sociais que formavam a população pelotense, uma divisão da mesma entre ricos e pobres seria tão ingênua quanto uma divisão entre senhores e escravos. Portanto, a cidade de Pelotas da segunda metade do oitocentos apresentava uma estratificação social com certo nível de complexidade que não deve ser desprezada e que merece ser estudada. Nas páginas a seguir busco contribuir neste sentido.

Analisando a estrutura socioeconômica dos patrimônios da população pelotense

Objetivando conhecer melhor a estrutura socioeconômica da sociedade pelotense durante a segunda metade do século XIX, inicio a análise dos patrimônios avaliados em todos os inventários *post-mortem* de Pelotas, num intervalo de 5 em 5 anos, entre 1850 e 1890. Essa metodologia resultou num total de 302 processos judiciais, mas descontando os que não tiveram prosseguimento ou não apresentaram a avaliação dos bens de forma completa, restaram 256 documentos⁶. Os especialistas reconhecem que os inventários *post-mortem* sobre-representam as camadas mais ricas da sociedade estudada, pois não oferecem uma análise tão abrangente se comparado aos mais pobres, cujos bens praticamente não eram passíveis de serem avaliados⁷. Entretanto, isto não invalida a utilização desta fonte, pois, com certos cuidados metodológicos e cruzando-a com outros documentos ela também pode servir para o estudo dos estratos sociais mais pobres (VARGAS, 2013)⁸.

A partir da observação dos patrimônios inventariados é possível perceber que a riqueza estava concentrada nas mãos de poucas pessoas. Os 10 indivíduos mais ricos, ou

⁶ Esta documentação está sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. Parte da análise desses inventários também foi realizada em Vargas (2012).

⁷ Sobre os cuidados e possibilidades de utilização dos inventários *post-mortem* ver Fragodo e Pitzer (1988); Valentim, Motta e Costa (2013); Costa (2013).

⁸ A utilização de inventários *post-mortem* e o seu tratamento quantitativo já tornou-se um método mais que consolidado na historiografia brasileira. Sobre esta e outras possibilidades de pesquisa em História Agrária ver, por exemplo, Linhares (1997). Também recorro a estas fontes pela inexistência de listas de habitantes para o Rio Grande do Sul, cujos documentos, desde as pesquisas de Marcílio (1973), têm sido muito importante na historiografia brasileira.

“ENTRE RICOS E POBRES”. DESIGUALDADE ECONÔMICA, DIVERSIDADE OCUPACIONAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL OITOCENTISTA

3,9% dos inventariados, somavam 611.287 £, ou 53,8% do total avaliado⁹. Entre estas pessoas do topo da hierarquia socioeconômica estavam 5 charqueadores, 3 estancieiros e 2 comerciantes atacadistas com armazéns na cidade. A base desta pirâmide socioeconômica revela que 73,8% dos inventariados detinham apenas 9,9% dos bens avaliados. Levando-se em conta que os inventários sobre-representam as camadas mais ricas da sociedade, conclui-se que a concentração de riqueza era ainda maior, pois uma ampla gama de pobres e despossuídos não é contemplada na documentação.

Outras regiões do Brasil apresentavam índices aproximados. Em Lorena, município cafeeicultor paulista, 16,7% dos inventariados concentravam 89,5% da riqueza local entre 1830 e 1879 (MARCONDES, 1998: 129-130)¹⁰. Em Alegrete, município sul-rio-grandense que tinha na pecuária a sua principal base econômica, os 10% mais ricos da década de 1860, concentravam 70% da riqueza. Entre 1825 e 1865, os 50% mais pobres nunca detiveram mais que 10% das fortunas (FARINATTI, 2010: 54). No Rio de Janeiro, entre 1790 e 1835, João Fragoso e Manolo Florentino observaram que o “agro e cidade continuaram a apresentar o décimo superior de suas populações detendo cerca de 2/3 da riqueza, com os cinco décimos mais pobres possuindo 4% a 8%” (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001: 172-179). Esta mesma concentração de riqueza pode ser observada em diferentes regiões do Brasil como Minas Gerais, Bahia e Pará, por exemplo¹¹. Portanto, esta desigualdade na distribuição das riquezas foi um traço característico da sociedade brasileira desde os tempos coloniais.

Com relação ao perfil do patrimônio dos inventariados, percebe-se que do total de 256 inventários, 149 possuíam imóveis no espaço mais urbano de Pelotas (58,2%) e 142 possuíam imóveis rurais (55,4%). Refinando estes dados, tem-se que 88 inventários (34,4%) possuíam exclusivamente imóveis urbanos e 107 (41,7%) somente rurais. A partir destes índices, é possível considerar que o número de inventariados que residiam na cidade era ligeiramente maior do que o indicado, pois em muitos documentos não foi possível

⁹ Todos os valores em mil réis foram convertidos para libras esterlinas. Tal método, comum entre os historiadores que realizam este tipo de análise ao estudar a economia brasileira do período, tem em vista diminuir as oscilações de valores da moeda brasileira e favorecer uma comparação entre períodos diversos, uma vez que a moeda inglesa era mais estável. A tabela de conversão utilizada foi a de Mattoso (1982).

¹⁰ Para um estudo sobre a cidade de São Paulo, ver também Mello (1985).

¹¹ Nos últimos anos, muitas pesquisas tem demonstrado o mesmo para outras regiões do Brasil. Ver, por exemplo, Andrade (2008), Batista (2004), Mattoso (1992), Graça Filho (2003) e Almico (2001).

verificar se os proprietários de imóveis urbanos e rurais (61 processos) moravam na cidade, mas é provável que uma parte dos mais ricos o fizesse. A maioria dos charqueadores possuía casas na cidade e lá residia na maior parte do ano, como demonstram diversos documentos judiciais, como procurações e escrituras públicas, além da sua presença nas listas de qualificação de votantes da paróquia de São Francisco de Paula, a mais urbanizada do município¹². A partir do Gráfico 1 é possível verificar que, ao longo do período analisado, houve um aumento dos inventariados que moravam na cidade, o que pode ser um reflexo da crescente urbanização (VARGAS, 2013).

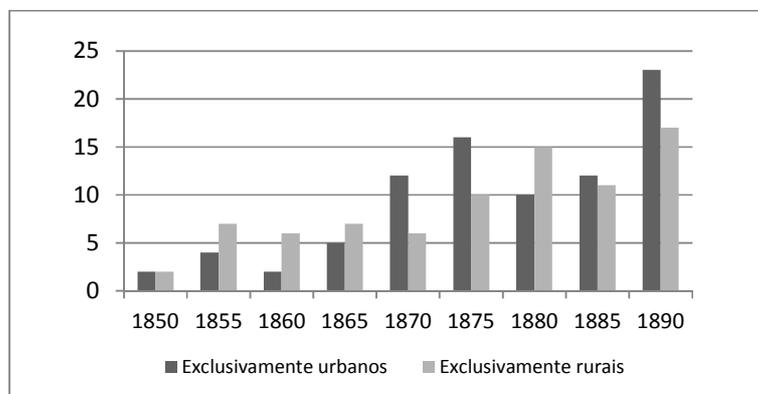
É provável que um índice próximo dos 40% ou 50% de moradores na cidade devesse ser a realidade pelotense entre as décadas de 1850 e 1880. Analisando dados compilados pela Câmara Municipal da época, Ester Gutierrez verificou que, em 1880, Pelotas possuía 3.348 domicílios na cidade, sem contar os prédios públicos, as casas comerciais, as fábricas, os hospitais e as escolas (GUTIERREZ, 2004: 145). Se cada propriedade possuísse, em média, algo entre 4 ou 5 moradores, a população residente no espaço urbano poderia ser estimada entre 13 mil e 17 mil pessoas, o que comporia 44% a 55% da população pelotense na época¹³. Tal índice de moradores na cidade era alto para o contexto rio-grandense. Luís Farinatti (2010) encontrou 11% de inventários com este perfil para Alegrete, entre 1825 e 1865, e Helen Osório (2007) localizou 26% para toda a capitania, entre 1765 e 1825. É importante ressaltar que esta urbanização possuía um caráter incipiente e que os limites geográficos entre o urbano e o rural não eram muito claros (ARRIADA, 1994). Neste sentido, este “urbano” deve ser entendido a partir dos parâmetros da época e num contexto regional. A vida na cidade era compartilhada por boa parte da população se comparada aos outros municípios do Rio Grande do Sul e talvez só encontrasse uma correspondente em Porto Alegre e Rio Grande (VARGAS, 2013).

¹² Lista de qualificação de votantes de Pelotas, 1865. Fundo *Eleições*, maço 2, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹³ Contudo, a média de moradores por habitação parecia ser maior. Os 14.762 habitantes da paróquia de São F. de Paula, a mais urbana de Pelotas, residiam em 1.829 “casas”, o que resulta numa média de 8 moradores por habitação. Não me arrisco a considerar estes índices como equivalentes ao espaço urbano da cidade, porque parte dos moradores da paróquia residiam nos limites rurais da mesma. Mas caso esta média fosse considerada, o percentual de moradores na cidade ultrapassaria os 60% (Censo Geral de 1872. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>).

“ENTRE RICOS E POBRES”. DESIGUALDADE ECONÔMICA, DIVERSIDADE OCUPACIONAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL OITOCENTISTA

Gráfico 1 – Distribuição do número de inventários em urbanos e rurais - Pelotas (1850-1890)



Fonte: Inventários *post-mortem* dos cartórios de Pelotas (APERS)

No entanto, a Tabela 1 demonstra que, apesar da maioria dos inventários serem urbanos (ou possuírem imóveis exclusivamente urbanos frente aos exclusivamente rurais), o peso dos investimentos em bens agrários era muito maior. Aquela era uma sociedade na qual a riqueza era oriunda dos produtos derivados da pecuária, mas os rendimentos mercantis de tais mercadorias eram investidos na cidade, aonde os charqueadores e fazendeiros ricos costumavam residir. Até a década de 1870, nunca os imóveis rurais, os escravos e os animais reuniram menos de 53% do total dos patrimônios avaliados¹⁴. A diminuição dos seus valores nos anos 1880 e em 1890 era resultado não apenas do processo de emancipação dos escravos, da Abolição e da crise das charqueadas, como também do nítido aumento da urbanização e da valorização dos imóveis urbanos que mais do que dobraram a sua representatividade no interior dos bens avaliados.

Tabela 1 – Perfil do patrimônio dos inventariados em Pelotas (1850-1890) (%)

	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Dinheiro	Dívidas ativas	Ações	Escravos	Animais	Dívidas Passivas	Total Invent.
1850/55	40,5	11,8	11,6	19,5	0,7	7,9	6,4	0,8	25
1860/65	30,0	10,5	12,4	9,4	0,4	20,5	9,0	4,4	41
1870/75	32,4	21,1	6,0	14,4	1,9	10,3	11,1	2,5	65
1880/85	36,7	22,2	8,6	9,4	6,7	4,5	8,2	16,6	70
1890	40,3	26,5	7,2	12,1	6,1	-	0,9	10,2	55

Fonte: Inventários *post-mortem* dos cartórios de Pelotas (APERS)

¹⁴ Em Alegrete, o percentual destes bens formava mais de 80% dos patrimônios inventariados entre 1831 e 1870 (FARINATTI, 2010: 51). Algumas pesquisas vêm demonstrando que após a Lei de Terras, em 1850, o preço das mesmas sofreu uma grande valorização, o que acabava por se refletir na composição das fortunas dos inventariados rio-grandenses (GARCIA, 2005).

Ainda no que diz respeito à concentração de riqueza no município, é importante registrar que ela estava presente em todos os bens dos patrimônios inventariados. Com relação aos escravos, por exemplo, 60% dos inventários eram proprietários de cativos. Destes, 10,7% concentravam 54,5% da escravaria. Para os animais bovinos, 20% os possuíam entre os seus bens, entre os quais 7% concentravam 50% do total. Tendo em vista a pouca circulação de moeda na sociedade brasileira oitocentista, as transações econômicas eram comumente realizadas na base do crédito e somente nas cidades a moeda circulava com maior facilidade. Neste sentido, não surpreende que as dívidas ativas e a posse de dinheiro também estivessem concentradas nas mãos de poucas pessoas. Com relação às dívidas, 2,3% dos inventariados detinham 62% do valor total de dívidas ativas arroladas. Já para a posse de moeda corrente, 3,9% pessoas possuíam 73,6% do numerário localizado nos documentos (VARGAS, 2013). Portanto, a concentração da riqueza era notável e estava presente em todos os bens inventariados.

Portanto, a riqueza material do município estava principalmente vinculada às atividades rurais. Traço distinto podia ser verificado na análise dos inventários *post-mortem* dos habitantes do Rio de Janeiro, entre 1797 e 1870. Neste intervalo de tempo, os percentuais em imóveis urbanos ficaram sempre entre 24% e 38%, as apólices e ações atingiram 13,1% e 18,6% em 1860/70 e os bens rurais somados aos escravos, em 1870, foram inferiores a 16% – denotando um perfil muito mais urbano e mercantil do que Pelotas (FRAGOSO; MARTINS, 2003: 144). Portanto, a urbanidade pelotense era regionalmente considerável e não comparável ao universo da capital imperial, por exemplo.

Por uma estratificação social da Pelotas oitocentista

Ao contrário dos inventários *post-mortem* que favorecem uma análise seriada e que possibilite uma melhor compreensão das permanências e transformações estruturais ao longo do tempo, o Censo Geral de 1872 trata-se de um retrato da sociedade em determinada época. Portanto, através do mencionado Censo pode-se verificar como os habitantes da paróquia de São Francisco de Paula (a mais urbana de Pelotas) foram classificados no que diz respeito as suas atividades socioeconômicas. Dos 12.376 habitantes livres da paróquia,

6.063 foram qualificados como “sem profissão”. Monastério e Zell (2004) esclareceram que o alto número destes “sem profissão” deve-se ao fato das crianças terem sido incluídas neste grupo. No caso de Pelotas, a população com 15 anos ou menos somava 3.513 habitantes. Talvez uma parte dos indivíduos entre 16 e 20 anos, e que somavam 1.299 moradores, também tenha sido qualificada no grupo citado por não exercer funções que se enquadrassem nas outras categorias do Censo. Contudo, entre os “sem profissão” estão 1.136 pessoas casadas ou viúvas, o que indica que provavelmente eram adultas. Destas, 994 eram mulheres. Portanto, é possível que muitas delas deviam ser “donas de casa”, o que aos olhos dos censores poderia fazer parte do grupo “sem profissão”. A parcela restante dos “sem profissão” parecia incluir os considerados “inválidos”, os muito pobres e uma parte dos que viviam de suas agências¹⁵.

A análise que se segue inclui, portanto, os 6.313 habitantes livres e adultos que possuíam alguma profissão reconhecida pelo censo (4.435 homens e 1.878 mulheres). As mulheres pelotenses exerciam um número bem menor de atividades econômicas e profissionais se comparadas aos homens. As principais ocupações femininas eram a de “serviço doméstico”, que contava com 882 mulheres, e a de “costureira”, que reunia 668 delas. Portanto, cerca de 82,5% das mulheres livres com profissão foram classificadas como costureiras ou serviços domésticos. Destas, 3/4 eram solteiras. Desconheço se outras atividades foram integradas na categoria “costureira” (visto o seu alto índice de 35,5% das mulheres com profissão). É possível que muitas delas exercessem outras profissões não indicadas ou consideradas pelos censores. Trata-se de um contingente enorme de trabalhadoras que permanece invisível e a espera de algum estudo específico. As outras mulheres foram classificadas como capitalistas e proprietárias (91), comerciantes (70), artistas (34) e professoras (14). A única categoria em que as mulheres estrangeiras conseguiram superar as brasileiras foi na de “artistas”.

Entre os homens, a categoria “comerciantes, guarda-livros e caixeiros” apresentava 1.255 indivíduos ou 28,3% dos homens livres com profissão¹⁶. Dos homens deste grupo, 59% eram estrangeiros. Outro grupo com representação significativa eram os operários das

¹⁵ De acordo com o próprio censo, a paróquia possuía 18 cegos, 14 surdo-mudos, 42 aleijados, 10 dementes e 8 alienados.

¹⁶ Este índice converge com o encontrado para o total da categoria “comércio” na lista dos estrangeiros entrados na cidade de Pelotas em 1855 (28%) e da lista de qualificação de votantes de Pelotas de 1865 (23%).

“produções manuais ou mecânicas” que reunia 1.000 homens. Eram 156 operários em metais, 398 em madeiras, 84 em couros e peles, 36 em chapéus, 5 em mineração e 321 em calçados. Nestas profissões, 67% dos homens eram estrangeiros. Os artistas reuniam 530 homens livres, sendo 61% de estrangeiros. Penso que a diferença deste grupo de operários para com os “artistas” é que aqueles eram assalariados e, portanto, não trabalhavam por conta própria. O grupo dos “manufatores e fabricantes” compunha 250 homens. A grande maioria, ou 87,3% deles, eram estrangeiros. É possível que muitos fossem patrões dos operários citados.

A descrição de algumas indústrias existentes em Pelotas neste período ajuda a colorir os números apresentados. Conforme Fernando Osório, entre 1835 e 1912, podia-se contar em torno de 6 mil firmas que apareceram e giraram na cidade. Em 1910, existiam 188 fábricas, 278 oficinas e 822 casas de negócio diversas. Entretanto, até a década de 1870, não existiam muitas. Em 1845, o francês Carlos Ruelle fundou a primeira fábrica de seges e carros, que, em 1865, recebeu a visita do Imperador D. Pedro II. Também em 1845, João Barcellos fundou uma chapelaria e 3 anos depois, Antônio Lopes dos Santos abriu sua Loja de Ourivesaria. Em 1855, Diogo Higgins fundou uma oficina para consertar instrumentos musicais. Em 1860, José Gonçalves estabeleceu uma Latoaria na cidade e em 1864, Frederico Lang fundou uma fábrica de sabão. O autor ainda cita outros estabelecimentos como olarias, fábricas de anil, de papel, de louças e carnes em conserva (OSÓRIO, 2007: 141-142).

No entanto, foi a partir dos anos 1870 que as indústrias e companhias fabris começaram a se proliferar por Pelotas. Marcos dos Anjos verificou um grande número de novas fábricas de fumo, de sabão e velas, de cerveja, de chapéus, de curtição e de massas, entre outras. Das 38 que foram registradas na Junta Comercial, mais de 52% pertenciam a estrangeiros e 26% possuíam um dos sócios estrangeiro (ANJOS, 1996: 62-67). Estes dados vão ao encontro dos percentuais do Censo de 1872, uma vez que entre os fabricantes, os operários especializados, os manufatores e os artistas, a maior parte era composta por estrangeiros. Somados aos índices dos comerciantes, é possível inferir que estas eram as ocupações econômicas mais acessadas pelos mesmos. Estes estrangeiros eram na sua maioria homens de setores médios e subalternos, destacando-se socialmente pela sua inventividade e iniciativa nestes setores econômicos. Uma pequena parte deles chegou a

“ENTRE RICOS E POBRES”. DESIGUALDADE ECONÔMICA, DIVERSIDADE OCUPACIONAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL OITOCENTISTA

possuir riqueza e prestígio social considerável. Conforme o Censo de 1872, descontados os 361 africanos que foram classificados como estrangeiros livres – sem dúvida um número expressivo – os 2.648 estrangeiros restantes estavam divididos em: 1.495 portugueses, 323 alemães, 256 uruguaios, 201 franceses, 115 espanhóis, 84 italianos e 68 ingleses, apenas para ficar entre os grupos mais representativos¹⁷.

Estes estrangeiros, sobretudo os europeus, colaboraram profundamente com a modernização da cidade de Pelotas. Entre os mesmos, uma série de engenheiros e arquitetos contribuíram com projetos na área da urbanização, iluminação, redes de esgoto e abastecimento de água, entre outros. Datam do início dos anos 1870, a formação da Companhia Hidráulica Pelotense, o início do trânsito de carros de passageiros realizado pela Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas e a construção da estação férrea. Na área cultural e artística, por exemplo, diversas companhias teatrais, pintores e fotógrafos estrangeiros enchiam as páginas dos jornais da cidade de anúncios e arrebatavam importante clientela. Professores de piano, de línguas, de etiquetas e empregados em escolas particulares também tinham um importante espaço (ANJOS, 1996: 36-37; 84-95; 102-103).

Neste sentido, a cidade de Pelotas apenas acompanhava uma tendência das principais cidades do mundo ocidental. Com o maior desenvolvimento do capitalismo a vida das pessoas foi gradualmente sendo deslocada para as cidades. No início do século XIX, gigantes como Londres e Paris possuíam respectivamente 1 milhão e 500 mil habitantes. Contudo, estas eram dimensões excepcionais para a época, pois, na Europa, somente estas duas cidades ultrapassavam os 500 mil habitantes. No entanto, cerca de cem anos depois, em 1913, este número já havia chegado a 149. Esta maior urbanização colaborou com a disseminação do estilo de vida burguês, a ampliação dos meios de comunicação e transportes, a circulação de novas ideias sobre a ciência e o progresso e tudo isso afetou consideravelmente a vida nas grandes cidades europeias e americanas. Mas apesar deste novo protagonismo das cidades, a grande maioria da população mundial ainda era rural. Na própria Europa, em 1913, somente 15% dos europeus moravam em cidades (REMOND, 1991: 137). Neste contexto, se Pelotas possuía uma população urbana

¹⁷ O restante era formado por paraguaios (62), argentino (16), suíços (9), austríacos (7), gregos (3), dinamarqueses (2), holandeses (2), norte-americanos (2), suecos (2) e boliviano (1).

importante ao comparar-se com a grande maioria das cidades do Império (chegando a 15 mil nos anos 1870), diante das grandes capitais ela era uma pequena vila, pois, nesta época, a cidade do Rio de Janeiro possuía 275 mil habitantes, Salvador 130 mil e Recife mais de 115 mil. Num patamar inferior, apresentavam-se, entre outras, São Paulo com pouco mais de 30 mil e Porto Alegre com cerca de 25 mil (VARGAS, 2013).

No entanto, apesar da considerável importância dos estrangeiros na vida social e na sua economia, algumas atividades estavam mais restritas a sua participação. Os “capitalistas e proprietários” contidos no Censo de 1872 reuniam 97 homens, mas somente 20% eram estrangeiros. Outro exemplo pode ser dado no grupo dos criadores e lavradores dos subúrbios da cidade, que somavam 216 pessoas e também apresentavam 80% de brasileiros. Portanto, ainda era possível vislumbrar um grupo de “estabelecidos” na cidade, notadamente, uma parte significativa de sua elite. Os estrangeiros, com exceção dos portugueses na primeira metade do século, praticamente não tiveram acesso ao restrito círculo dos proprietários de fábricas de charque. Cada vez mais a elite charqueadora fechava-se diante de investidores vindos de fora – algo completamente distinto do que ocorria no Rio da Prata na mesma época, onde ingleses, franceses e espanhóis continuavam com entrada franca na indústria da carne, no comércio e na pecuária, já em moldes capitalistas (VARGAS, 2013).

Apesar do Censo de 1872 tratar da maior parte da população pelotense, tal documento possui um caráter mais genérico no que diz respeito as atividades econômicas dos seus habitantes, pois homogeneiza as suas categorias dificultando uma caracterização das especificidades sócio-ocupacionais de cada província e município. Um exemplo disto pode ser dado com relação à atividade econômica do *charqueador*. Como na maioria das outras províncias não existiam charqueadas, o Censo não contempla a categoria “charqueador” ou “indústria de carnes”, por exemplo. Além disso, como muitos charqueadores também criavam gado, atuavam no comércio e eram proprietários de vários imóveis, não é possível saber em que grupo os censos os classificaram. Por outro lado, uma diversidade de indivíduos com ofícios característicos das camadas mais pobres da população eram enquadrados em categorias muito genéricas como “profissões manuais e mecânicas” ou “profissões industriais”, por exemplo. Portanto, o cruzamento dos dados do

“ENTRE RICOS E POBRES”. DESIGUALDADE ECONÔMICA, DIVERSIDADE OCUPACIONAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL OITOCENTISTA

Censo com os de outras fontes documentais pode ajudar a enriquecer a presente análise e direcionar os resultados obtidos para uma proposta de hierarquização socioeconômica.

As listas de qualificação de votantes da paróquia de São Francisco de Paula para os anos de 1865 e 1880, fornecessem dados importantes para uma aproximação desta diversidade ocupacional¹⁸. A análise destes documentos permite verificar qual o perfil socio-ocupacional de mais da metade dos chefes de família, dos viúvos e dos homens solteiros e maiores de 21 anos da área mais urbana de Pelotas.¹⁹ O primeiro indicador a ser destacado é que em 1865 e em 1880, Pelotas apresentou respectivamente 74 e 91 ocupações econômicas e profissões diversas, o que exemplifica a maior complexidade do documento se comparado ao Censo. Tratando-se do distrito mais urbano, não causa surpresa que os indivíduos classificados como comerciantes formavam o grupo de maior representatividade. Em 1865, eles chegavam a 20,8% e, em 1880, a 23,1% dos votantes.

Analisando mais profundamente as ocupações sócio-ocupacionais da lista de 1865 percebe-se que do total de 718 votantes qualificados, 280 (39%) pertenciam a setores mais ricos (ou no mínimo intermediários) da sociedade local. Tratavam-se de comerciantes (150), proprietários (76), criadores (26), charqueadores (14), negociantes (11) e capitalistas (3). A ausência da discriminação da renda nos impede de confirmar tal posição para todos os qualificados deste grupo, sobretudo da categoria “comerciante”, que certamente reunia indivíduos ricos que atuavam comércio de atacado ao lado de varejistas de pequeno porte. O mesmo serve para os negociantes. Além disso, também não é possível saber o tamanho dos rebanhos dos criadores. Portanto, o índice de 39% entre os setores mais ricos e intermédios para ricos deve ser inferior, talvez ficando próximo de 1/4 dos votantes.

Um segundo grupo a ser considerado pode ser chamado de *profissão/burocracia* e envolvia os profissionais liberais e empregados públicos. Este é de longe o menor grupo,

¹⁸ Lista de qualificação de votantes de Pelotas, 1865 (Fundo *Eleições*, maço 2, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul). Lista de qualificação de votantes de Pelotas de 1880 (Biblioteca Pública Pelotense – transcrição gentilmente cedida pelo Professor Adhemar Lourenço da Silva (UFPel)).

¹⁹ Ambos os documentos oferecem uma amostra significativa dos homens livres maiores de 21 anos e com renda anual superior a 100\$000, ou seja, os qualificáveis. Ao contrário do que se defendeu durante muito tempo, uma parcela significativa da população masculina participava das eleições imperiais, uma vez que a renda não era um grande empecilho. De acordo com Richard Graham, 50,6% de todos os homens brasileiros livres maiores de 21 anos votaram nas eleições do início da década de 1870 (GRAHAM, 1997: 147). Tendo em vista o grande número de estrangeiros em Pelotas, que segundo às leis da época só podiam votar caso fossem naturalizados, é provável que os indivíduos arrolados nas listas de votantes correspondessem a mais da metade da população masculina.

visto o alto índice de analfabetismo e a baixa burocratização da sociedade da época. Juntos, eles reuniam 65 indivíduos, ou seja, 9% dos qualificados como votantes. Merecem destaque os médicos (8) e os advogados (4) que possuíam um significativo prestígio social. Os empregados públicos somam 27 pessoas, distribuídas em diferentes setores que a lista não discrimina. Outros grupos importantes são os professores (12) e os militares (5). Um terceiro grupo da lista que merece menção pertence a estratos médios e baixos da sociedade. Ao todo considere 373 indivíduos como pertencentes a este grupo, ou seja, 52% do total dos votantes.²⁰ Entre eles é possível vislumbrar a presença de carpinteiros (37), alfaiates (31), marítimos (22), carreteiros (19), jornaleiros (19), tropeiros (19), capatazes (8), marceneiros (8), pedreiros (7), lombilheiros (5), boleiros (5), pescadores (3), cortadores (3), campeiros (3), entre outros.

Como já foi dito, a lista de votantes de 1880 apresenta o mesmo perfil da anterior, trazendo somente algumas ocupações profissionais novas, como o surgimento de um “repórter”, um “redator” e dois “telegrafistas” – indicando que os meios de comunicação haviam atingido um maior nível de desenvolvimento. Os dois “maquinistas” presentes nesta lista, por outro lado, revelam que os meios de transporte haviam entrado na era das ferrovias. Dois “gerentes” e três “administradores” também demonstram uma especialização profissional na condução dos negócios de indústrias ou empresas. Um dos gerentes qualificados, por exemplo, era Vicente Lopes dos Santos Filho, cujo pai possuía uma charqueada. A presença de um “despachante” também é novidade e talvez sua aparição seja consequência da burocratização do Estado na segunda metade do século XIX. O fato de haver um “cabeleireiro” na lista também merece destaque e indica que as senhoras da elite pelotense estavam demandando não apenas artigos de luxo, mas também serviços mais sofisticados.

A análise das ocupações econômicas sugere que muitos deles estavam vinculados direta ou indiretamente ao processo de produção das charqueadas, assim como das atividades ligadas às mesmas, como a criação de gado e os transportes terrestres e fluviais. Além disso, também havia todos os ofícios que dependiam do couro, do sebo, das carnes e

²⁰ O significado que davam ao exercício do voto não é o mais importante para esta análise, muito embora o documento tenha sido produzido com fins eleitorais. É muito provável que a maioria exercesse tal função com interesse em manterem-se vinculados a uma rede clientelar local, uma vez que era o significado mais imediato que poderiam dar a tal ato. Para uma discussão aprofundada, ver VARGAS (2010).

dos chifres e que eram empregados em setores de transporte terrestre, fluvial e marítimo. Neste círculo de profissionais que podemos verificar na lista de 1880, estão os açougueiros (2), armadores (3), calafates (2), capatazes (25), fazendeiros (30), criadores (26), lombilheiros (4), correeiros (3), seleiros (3), chapeleiros (2), curtidores (2), colchoeiro (1), sirgheiros (2), estafeta (1), marinheiros (81), sapateiros (53), carreteiros (33), tamanqueiros (3), carneadores (2), trançador (1) e graxeiro (1). Somados aos 29 charqueadores da lista tem-se que 23% dos qualificados exerciam atividades que deviam manter relações próximas com as charqueadas ou compartilhavam de interesses econômicos comuns. Mas este índice devia ser bem maior, uma vez que não adicionei os comerciantes (313), os proprietários (126) e os que viviam de suas agências (128), pois não é possível saber em que ramo de atividades os mesmos estavam inseridos.

Portanto, através das próprias classificações ocupacionais é possível identificar uma estratificação social básica, pois algumas delas eram atividades exclusivas de setores mais abastados e outras de setores subalternos da sociedade. No entanto, buscando matizar melhor os níveis da estrutura socioeconômica na qual a sociedade pelotense estava hierarquizada, volto a utilizar os inventários *post-mortem* analisados anteriormente. Como se pode observar na Tabela 2, classifiquei os indivíduos inventariados em 9 faixas de fortuna desde os mais ricos (com patrimônios superiores a 50.000£) até os mais pobres (com menos de 100£). Buscando uma análise mais elaborada, agrupei estas faixas em três grupos de riqueza, cujos limites, apesar da possível distinção, são um pouco fluídos. As faixas A, B e C reúnem as camadas mais ricas desta hierarquia e compunham 8,5% do total inventariado. A soma dos imóveis rurais, escravos e animais apresentam respectivamente 62,1%, 60,0% e 48,6% de seus bens, demonstrando que a riqueza era diretamente proporcional ao perfil agrário do seu patrimônio. Entretanto, nunca é demais lembrar que boa parte de suas terras e gado não se encontravam em Pelotas, mas sim, em outros municípios ou até mesmo em outro país, no caso, o Uruguai. Somente a elite era capaz de manter grandes fazendas fora do município. Em contrapartida, pelo fato dos charqueadores estarem em peso neste grupo mais rico, a grande maioria dos escravos das faixas A, B e C encontrava-se no próprio município. Dos 22 componentes deste grupo, somente 2 não possuíam imóveis urbanos. Eles eram proprietários de muitos sobrados, casas e armazéns na cidade, mas o valor conjunto dos mesmos não superava o de seus imóveis rurais, visto a

alta valorização das terras no período. Como muitos eram charqueadores e comerciantes, o peso do dinheiro e das dívidas ativas em seus patrimônios apresentava-se bastante alto. O reduzido volume de suas dívidas passivas indica que os mesmos possuíam uma relativa autonomia econômica na região.

Tabela 2 – Perfil dos patrimônios inventariados por faixas de fortuna em libras esterlinas (%)²¹

Fortunas Inventariadas	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Dinheiro	Dívidas Ativas	Ações	Escravos		Animais	Embarc./ carros	Dívidas Passivas	M.U. %	M.R. %	Mist. %	Total Invent.
						n	%							
A + de 50 mil	40,2	8,2	8,1	18,4	0,3	378	9,5	12,4	0,8	0,02	-	-	100	5
B De 20 a 50 mil	44,7	18,8	9,0	7,6	2,4	264	8,2	7,1	1,2	4,5	-	12,5	87,5	8
C De 10 a 20 mil	25,6	16,9	14,5	13,2	4,3	116	10,4	12,6	0,5	3,6	11,2	11,2	77,6	9
D De 5 a 10 mil	18,1	30,5	7,3	12,2	5,4	140	11,2	3,8	0,2	13,4	38,8	16,6	38,8	18
E De 2 a 5 mil	40,1	19,5	10,6	12,8	7,4	132	11,1	1,2	1,1	15,4	33,3	29,6	29,6	27
F De 1 a 2 mil	14,6	42,7	7,0	15,0	3,4	100	9,8	1,6	0,5	11,2	53,5	20,9	18,6	43
G De 500 a 1 mil	26,5	34,1	3,8	7,5	-	88	19,0	4,0	-	18,8	28,2	38,5	28,2	39
H De 100 a 500	25,5	33,0	5,7	5,0	-	77	23,3	3,7	1,2	17,4	39,2	37,8	9,4	74
I Menos de 100	39,5	25,3	4,6	7,7	-	01	-	6,6	-	28,6	24,3	48,4	3,1	33
Total	34,5	17,9	8,9	13,5	2,3	1.296	9,9	8,4	0,8	5,6	34,4	41,7	23,8	256

Fonte: Inventários *post-mortem* dos cartórios de Pelotas (APERs)

A elite econômica não estava formada somente pelos charqueadores, pois juntamente com os mesmos havia ricos fazendeiros e comerciantes atacadistas. Estas três atividades podiam ser exercidas por um mesmo indivíduo, mas, no geral, não o eram. Em 1852, por exemplo, 35 comerciantes de Pelotas, notadamente a elite mercantil da cidade, remeteram um requerimento para a Corte exigindo uma fiscalização mais eficaz contra o contrabando na fronteira com o Uruguai²². Tratavam-se de atacadistas importadores e exportadores que também fretavam carretas de mercadorias para a região da campanha. O grupo, que contava com alguns estrangeiros, possuía somente três indivíduos que vieram a tornar-se charqueadores anos mais tarde, demonstrando tratar-se de um grupo mercantil distinto. No que diz respeito aos fazendeiros do município, consulte a relação dos principais criadores de gado do 3º e do 4º distrito de Pelotas, elaborada pelas autoridades locais em 1858. Num total de 46 proprietários, somente um era charqueador e nenhum

²¹ A sigla *M.R.* significa proprietários que possuíam imóveis exclusivamente rurais e que, por conta disto, classifiquei como “moradores rurais”. Neste mesmo sentido, *M.U.* correspondia aos “moradores urbanos” e *Mist.* significa “Mistos”, ou seja, o inventariado possuía casas na cidade e no meio rural. Nem todos os índices de *M.R.*, *M.U.* e *Mistos* somam 100% porque alguns inventariados não possuíam nenhum imóvel.

²² Requerimento dos comerciantes de Pelotas. Seção dos Manuscritos. Coleção Rio Grande do Sul (Biblioteca Nacional do RJ).

“ENTRE RICOS E POBRES”. DESIGUALDADE ECONÔMICA, DIVERSIDADE OCUPACIONAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL OITOCENTISTA

deles estava na lista dos comerciantes de 1852²³. Portanto, tratavam-se de esferas econômicas cuja maioria dos agentes envolvidos formavam grupos de atuação distintos, embora os mesmos interagissem social e economicamente, podendo estar, inclusive, aparentados.

Seguindo na análise da Tabela 2, percebe-se que a partir da faixa D até a faixa G, que reuniam 49.5% dos inventariados, ocorrem algumas alterações na estrutura das fortunas elencadas. As mais representativas demonstram a ocorrência de uma maior urbanização (nas faixas D, E e F), acompanhada de uma significativa diminuição dos percentuais em dinheiro e, em menor medida, das dívidas ativas. Tal urbanização também é acompanhada pela redução do percentual dos valores investidos em animais. Mas o fator que mais impressiona é o aumento da representatividade das dívidas passivas com relação aos mais ricos, caracterizando-o como um grupo mais urbano e endividado. Os inventariados desta faixa também são os com maiores bens investidos em apólices e ações. Alguns diriam que parte dos indivíduos destas faixas seria representativa de uma embrionária classe média, mas talvez seja cedo para se enxergar tais traços naquela sociedade.

Cruzando estes dados com os dos censos e listas de qualificação é possível considerar que este setor intermediário era formado por profissionais liberais, empregados públicos diversos, comerciantes e criadores de fortuna mediana, pequenos fabricantes e artesãos, idosos e viúvas que viviam de rendas, além de trabalhadores diversos. São exemplos deste grupo não apenas o carpinteiro André Landart, o mercador David Davis, o coronel Francisco Vieira Braga, o fabricante de chapéus Ricardo Moreira e o negociante de sal Francisco da Costa e Silva, como também Daniel Olsen, que possuía uma venda no meio da colônia Santa Silvana, Fortunato Faria, proprietário de uma olaria e Francisco Meirelles Leite, dono de uma fábrica de sabão e velas. A diversidade dos bens avaliados e as histórias que se pode contar a partir dos próprios inventários é muito rica. Um caso interessante deste grupo intermediário foi o do correeiro Mathias Trarback. A partir da leitura do inventário de sua esposa, em 1870, foi possível perceber que o mesmo compartilhava o espaço cotidiano com outros pequenos artesãos, como sapateiros e lombilheiros – homens que, assim como ele, utilizavam os couros em seus ofícios e que

²³ Anexos dos ofícios de 24.03.1858 e 09.04.1858. Fundo *Autoridades municipais*, Pelotas, AHRS. É possível verificar em ambas as listas que havia comerciantes e fazendeiros que eram parentes de charqueadores, algo que irei tratar melhor nos capítulos posteriores.

deviam orbitar o espaço ao redor das charqueadas em busca de matéria-prima para seus negócios.

Reuni nas faixas H e I os setores mais pobres da sociedade (que só estavam acima dos miseráveis que não legaram bens). Estas faixas compunham 41,8% dos inventariados. Pertenciam a este grupo pessoas como o pedreiro Sebastião Idiart, o funileiro Antônio Braga, a costureira Ana Behocaray, além de pequenos criadores como George Motz. Uma parte significativa era formada por pequenos lavradores espalhados pelos distritos rurais do município. Os sobrenomes estrangeiros reforçam ainda mais o que venho descrevendo até aqui com relação a sua presença na sociedade pelotense. Eles estavam distribuídos em todas as camadas sociais, desde pobres lavradores como Pedro Koesgen, que plantava milho e criava porcos na serra dos Tapes, até médios proprietários como Theodoro Dux e comerciantes bem estabelecidos como Chistobal de Leon e José Calero.

Apesar do tratamento conjunto dado às duas últimas faixas de fortuna, a faixa I apresenta características distintas da H, demonstrando que havia limites aos que ocupavam a base da pirâmide. Primeiro, na faixa I ocorre um retorno no predomínio dos imóveis rurais sobre os urbanos e uma elevação na importância do valor dos animais. Segundo, ela é despossuída de escravos e altamente endividada se comparada à faixa H²⁴. Disto conclui-se que na medida em que as fortunas vão afastando-se do setor intermediário, tanto para cima da pirâmide quanto para baixo, elas retomam os maiores percentuais do patrimônio investido em bens rurais, denotando que tanto pobres quanto ricos vinculavam seu patrimônio aos bens agrários. Ou seja, a posse e a relação estabelecida com a terra era um importante fator de hierarquização social. Pertenciam, por exemplo, a esta última faixa de fortuna, o português Manoel Guilherme que era ferreiro, Manoel Gonçalves que era alfaiate e Custódio Lima, que era patrão de um iate. A Felisbina pobre, que apresentei ao leitor no início desse artigo, também pertencia a este grupo, que, em suma, era formado por trabalhadores que viviam na cidade, colonos europeus com uma pequena data de terras e um diminuto rebanho, lavradores nacionais e libertos espalhados pela Serra dos Tapes e em outras localidades rurais do município. Sua mão de obra era essencialmente familiar, mas

²⁴ É bem verdade que 12 inventários são de 1890. Entretanto as outras faixas também possuem inventários desta data e o número de cativos é bem mais alto. Portanto, a ausência de escravos é mais pela pobreza do que pela época em que os inventários foram abertos.

“ENTRE RICOS E POBRES”. DESIGUALDADE ECONÔMICA, DIVERSIDADE OCUPACIONAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL OITOCENTISTA

eles podiam gabar-se por estar acima de outros mais miseráveis que deviam vagar em busca de meios de subsistência ou atividades provisórias na cidade e nas zonas rurais.

Além destas, outras considerações podem ser realizadas com relação à análise dos inventários. As últimas três faixas (que somam 146 inventários) não apresentam nenhum investimento em ações ou apólices e, com exceção de 1 inventário na faixa H, não possuíam embarcações ou carros. Portanto, a composição de suas fortunas era mais simplificada e alguns bens eram vedados aos mesmos. Nas faixas G e H, os escravos eram bens que pesavam bastante nos seus patrimônios, chegando a perfazer quase $\frac{1}{4}$ dos valores inventariados na segunda. Os indivíduos destas faixas eram, na sua grande maioria, pequenos proprietários de escravos, apresentando uma média de 2,6 cativos, sendo que somente um deles possuía mais de 10. Seus poucos cativos representavam parte fundamental da sua economia doméstica, podendo alugá-los ou usá-los como escravos de ganho, por exemplo. Para este grupo, o aumento do preço dos escravos e das terras e o difícil acesso aos mesmos, que caracterizou os anos 1870, deve ter sido mais marcante, pois os cativos envelhecidos, doentes ou falecidos deviam ser substituídos com extrema dificuldade, visto o aumento dos preços dos mesmos (VARGAS, 2013).

Peço ao leitor que retorne à Tabela 1 para uma última consideração. A partir dela é possível verificar que o percentual de dinheiro diminui nas últimas décadas na mesma proporção em que as dívidas passivas aumentam bastante. Tal fenômeno tem relação direta com o que foi mencionado anteriormente, visto que foram as camadas sociais menos privilegiadas as que mais se endividaram. Se os 22 inventários que apresentaram as maiores fortunas inventariadas (acima de 10.000£) tinham um percentual de dívidas passivas inferior a 3%, os 33 mais pobres (com fortuna inferior a 100£) tinham 28,6% do seu patrimônio comprometido em dívidas. Somente 1 destes 33 inventariados mais pobres possuía escravos. A grande maioria das pessoas pertencentes a esta faixa mais pobre concentrou-se exatamente no final do período analisado, pois 26 dos 33 indivíduos deste grupo foram inventariados em 1880, 1885 e 1890.

Portanto, é muito provável que o agravamento da crise nas charqueadas entre os anos 1860 e 1870 e o início de sua decadência nos anos 1880 tenha afetado a economia local, favorecendo o empobrecimento de muitas famílias de setores médios, colocando-os, anos depois, entre os mais pobres e endividados. A decadência das charqueadas pode ter

afetado muitos dos que dependiam direta e indiretamente dos bens das mesmas. A diminuição do volume de dinheiro deve ter prejudicado o consumo de muitos artigos, afetando a produção de pequenos alfaiates, carpinteiros e artesãos em geral, sem contar os setores ligados à pecuária, transporte e comércio. Com a crise econômica, o fluxo de pessoas endinheiradas na cidade também deve ter diminuído, prejudicando a economia local e seus negócios. Tal fenômeno deve ter obrigado muitos a se endividarem. Portanto, a economia das charqueadas foi capaz de gerar grandes fortunas para uma minoria da população que cada vez mais concentrava a riqueza na localidade, trazendo a pobreza para muitos, sobretudo com a decadência das charqueadas. Neste sentido, cada uma das crises conjunturais era capaz de liquidar, de forma indireta, a economia dos pequenos, que tinham seus escravos e recursos econômicos lentamente drenados pelos que ocupavam o topo da pirâmide social.

Considerações finais

Como foi visto, a sociedade pelotense era muito mais que um aglomerado de charqueadas com os seus escravos. A análise das listas de qualificação de votantes e do Censo Geral de 1872 demonstra que na parte mais urbana do município, a população dividia-se em distintas profissões e ocupações socioeconômicas. Os inventários post-mortem, por sua vez, serviram para verificar que a estratificação social também era bastante complexa, revelando a presença de grupos intermediários bastante significativos, muitos deles ligados intimamente à economia das charqueadas. A escravidão estava disseminada por todos os setores da população e o número de pequenos proprietários era notável. Contudo, isto não nega o fato de que tanto os escravos, quanto o restante do patrimônio inventariado, estavam concentrados nas mãos de poucas pessoas. A desigualdade social foi traço marcante na Pelotas escravista e pode-se dizer que, estruturalmente, ela caracterizou toda a sociedade brasileira no oitocentos, trazendo consequências marcantes para a história do País.

Bibliografia

ALMICO, Rita de C. da S. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações ocorridas na riqueza pessoal em Juiz de Fora 1870/1914*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ANDRADE, Marcos F. de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANJOS, Marcos H. dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

BATISTA, Luciana M. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará (1850-1870)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CONDE D'EU. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Edusp, 1981.

COSTA, Fernando A. da. E quanto valia afinal? O problema dos preços nos inventários *post mortem* do século XIX. *História*, Revista On Line do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, n. 60, dez. 2013.

FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; MARTINS, Maria F. V. As elites nas últimas décadas da escravidão – as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (orgs.). *Ensaio sobre escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FRAGOSO, João; PITZER, Renato R. Barões, homens livres pobres e escravos – notas sobre uma fonte múltipla. Os Inventários Post-mortem. *Revista Arrabalde*, n. 2, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: ed. Record, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul (censos do RS de 1803 a 1950)*. Porto Alegre: FEE, 1981.

JONAS MOREIRA VARGAS

GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GRAÇA FILHO, Afonso A. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUTIERREZ, Ester. *Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: Ed. Universitária, 2004.

LINHARES, Maria Y. História agrária. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARCÍLIO, Maria L. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira; USP, 1973.

MARCONDES, Renato L. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. 2005. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

MARCONDES, Renato L. *A Arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. 1998 Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MATTOSO, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Kátia Q. *Bahia: Século XIX (Uma Província no Império)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Zélia C. de. *Metamorfose da Riqueza, São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.

MONASTERIO, Leonardo; ZELL, Davi. O Rio Grande do Sul de 1872: análise setorial da ocupação nos municípios. *Anais do II Encontro de Economia Gaúcha*, Porto Alegre, mai. 2004.

OLIVEIRA, Maria L. F. de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REMOND, Réne. *O século XIX (1815-1914)*. São Paulo: Cultrix, 1991.

“ENTRE RICOS E POBRES”. DESIGUALDADE ECONÔMICA, DIVERSIDADE OCUPACIONAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL OITOCENTISTA

VALENTIM, Agnaldo; MOTTA, José F.; COSTA, Iraci del N da. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários *post mortem* na presença de casos de riqueza líquida negativa. *História* (São Paulo), v. 32, n. 2, jul./dez., 2013.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Anpuh-RS, 2010.

VARGAS, Jonas M. “De charque, couros e escravos”: a concentração de riqueza, terras e mão de obra em Pelotas (1850-1890). *Saeculum*, n. 26, jan./jun., 2012.

VARGAS, Jonas M. “*Pelas margens do Atlântico*”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Data de recebimento: 14/03/2016

Data de aceite: 16/05/2016